

## **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil n. 06.2021.00003281-5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **RUDIMAR ANTONIO GRACIOLLI**, brasileiro, agricultor, CPF n. 816.423.269-68, RG n. 2854255, residente e domiciliado na linha Sarapião, próximo ao salão comunitário, interior do município de Chapecó, (49) 98867-8014 (WhatsApp); doravante denominado *compromissário*,

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

**CONSIDERANDO** que no Inquérito Civil Público n. 06.2021.00003281-5, que tramita nesta 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, identificou-se que o compromissário danificou a área de preservação permanente inserida em sua propriedade (0,97ha), mediante a plantação de eucaliptos;

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **DO OBJETIVO**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da área degradada em razão da plantação de eucalipto em área de preservação permanente, na propriedade rural localizada na linha Sarapião, Chapecó, matrícula imobiliária n. 65.803.

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O compromissário se compromete a comprovar ao Ministério Público a integral recuperação da área degradada indicada na Cláusula 1ª, mediante a execução de projeto de recuperação da área degradada previamente aprovado pela Polícia Militar Ambiental, comprovando ao Ministério Público por relatório técnico no prazo de 180 dias.

**Parágrafo primeiro.** O projeto deverá contemplar a retirada da vegetação exótica (eucaliptos), o isolamento da área e o plantio de mudas nativas, na proporção técnica adequada, com a manutenção da área isolada até a integral recuperação.

**Parágrafo segundo.** Caso sejam mantidos animais na área ou haja possibilidade de invasão por animais, o isolamento deve se dar mediante cercamento.

**Cláusula 3ª:** O compromissário pagará compensação pelos danos ambientais no valor de R\$ 1.000,00, em favor do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, no prazo de 30 dias;

## **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 4ª:** Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

**Parágrafo primeiro:** As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo segundo:** O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 5ª -** o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

**Cláusula 6ª -** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 23 de agosto de 2021

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Rudimar Antonio Graciolli  
**Compromissário**